

Área temática: Direitos Humanos

EFICIÊNCIA DO SISTEMA ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Juliane Simão de Andrade Silva¹, Rene Erick Gomes Mendonça Pereira², Rommel de Santana Freire³

A transparência das informações públicas geradas pelos municípios é o elo de ligação entre a sociedade e a administração pública, sendo observados por duas vertentes, a legal e a moral. A legalidade está pautada na LC 101/200(LRF) e na Lei 12.527/2011(Lei de Acesso à Informação, já a moral é ligada à visão de *accountability*, onde o gestor tem por obrigação prestar contas de seus atos administrativos perante à população. A LAI disciplina que a administração pública, deve criar formas para disponibilizar suas informações à população em geral, utilizando inclusive sítios na internet. Baseando-se nesta obrigatoriedade este trabalho objetiva analisar a eficácia do funcionamento do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) dos 223 municípios paraibanos, através do envio de solicitações acerca de questões tributárias e de infraestrutura. Através do sítio disponível em cada portal de transparência podemos ter acesso ao e-SIC – Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão. Inicialmente, buscou-se acesso aos portais de transparência de todos os municípios paraibanos, para em seguida solicitar, através do e-SIC, informações referentes à arrecadação de IPTU, TCR e ITBI. Somando os resultados, foram contabilizados, no que tange ao IPTU, TCR e ITBI, 193 pedidos onde apenas 19,69% foram respondidos, consolidando o restante de 80,31% como omissão de informação pela ausência de resposta. Destes respondidos, 16,06% dentro do prazo e 3,63% além do prazo estabelecido em lei. Dos pedidos respondidos, 7,77% foram parcial ou totalmente respondidos, 9,33% negaram a informação e 2,59% solicitaram a execução presencial do pedido. Desta forma, conclui-se que, os serviços prestados pelo e-SIC dos municípios paraibanos não demonstraram eficiência considerável em analogia às obrigações disciplinadas pela LAI aos agentes e empregados públicos. Ressalta-se ainda que foi observada a existência da cultura do sigilo na administração pública e, também, a falta de um sistema qualificado que possa tornar eficiente e efetivo a obtenção dos dados para que possam ser fornecidos aos cidadãos dentro do prazo estabelecido na legislação vigente.

Palavras-chaves: acesso à informação, controle, iptu, tributos

¹ discente do curso de Ciências Contábeis, colaboradora, julle_andrade@hotmail.com; ² discente do curso de Ciências Contábeis, colaborador, supererick3010@globomail.com; ³ Professor Orientador, DFC/CCSA, professorrommel@uol.com.br.